

RESENHA DE OBRA ABORDANDO O FENÔMENO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Rogério Duarte Fernandes dos Passos¹

Resumo. Por meio da extração das suas ideias principais, o presente texto promove a resenha da obra *Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica*, trazendo as contribuições que são oferecidas para a compreensão do ensino superior em diferentes contextos diante dos fenômenos da internacionalização e globalização.

Palavras-chave: Educação superior; internacionalização da educação; mobilidade acadêmica.

Abstract. Through the extraction of its main ideas, the present text promotes the review of the book *Internationalization in Higher Education: policies, integration and academic mobility*, bringing the contributions that are offered to the understanding of higher education in different contexts in the face of the phenomena of internationalization and globalization.

Keywords. Higher education. Internationalization of education. Academic mobility.

1 Sobre a obra

Em "*Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica*", obra coletiva coordenada por Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Márcia Regina Selpa Heinzle, docente na Universidade Regional de Blumenau (FURB), as autoras organizam coletânea orgânica de revisita aos fenômenos da internacionalização da educação superior e da mobilidade acadêmica, no momento presente, realidades e exigências de um contexto educacional marcado por saberes múltiplos e exigências relacionadas à certificação e busca por parâmetros de qualidade.

Tem-se a internacionalização na educação superior como um fenômeno apto a permitir o intercâmbio de professores, investigadores, estudantes e pessoal administrativo para a composição de diferentes e múltiplos itinerários formativos e, mesmo, compartilhamento de habilidades, práticas, saberes e tecnologias.

Dito isso, na proposta de trabalho das autoras, reuniu-se pesquisadores de distintas universidades e com variadas trajetórias para outorgar ao fenômeno da internacionalização um caráter mais abrangente e multidisciplinar, contemplando possibilidades de diversificar o íterim formativo de estudantes, professores e pessoal administrativo, em espaço de interculturalidade e diversidade. Nessa perspectiva, estabelece-se a contribuição de diferentes instituições de ensino superior, buscando aproximar o cenário de integração mundial por meio

¹ Mestre em Direito Internacional pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente em escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). E-mail: rfdospassos@gmail.com.

das tecnologias de informação e comunicação e o próprio processo de globalização ao cenário de instrução científica e profissional.

Na obra, como bem salientam os pesquisadores Mohamed Amal e Gustavo da Rosa Borges (2015, p. 69), pesquisadores ligados à FURB, no Capítulo 3, a internacionalização de instituições de ensino superior (AMAL; BORGES, 2015, p. 69) é abordagem que

Tem sido objeto de diversos estudos que procuraram entender os modos pelos quais as interdependências entre as economias e como as diversas formas de globalização têm contribuído para a criação de um ambiente favorável para a mobilidade internacional de discentes, docentes e formação de redes entre universidades localizadas em distintas regiões no mundo.

Dessa forma, as análises sobre a educação superior, como campo científico e social, como bem ressaltado no Capítulo 1, de autoria de Mário Luiz Neves de Azevedo, professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (AZEVEDO, 2015, p. 27),

Possui objeto(s) em disputa e regras de funcionamento e consentidas pelos atores sociais. Por isso, a internacionalização acadêmica ao *habitus* dos atores dos campos da educação superior em busca do reconhecimento de seus pares. Suas ações, sejam elas planejadas, espontâneas, desprendidas ou aleatórias, podem ser contidas, induzidas, direcionadas ou estimuladas por políticas públicas, demonstrando, assim, o exercício de fato da heteronomia do campo burocrático – do Estado – sobre o científico.

Sob este novo cenário, contemplam-se novos perfis profissionais em ambientes multiculturais, em que os estudantes buscam diferenciais por meio da aquisição de novos saberes, habilidades e competências, novos conhecimentos em tecnologias e línguas estrangeiras, propiciando protagonismo às instituições de ensino superior na construção de novos modelos de ensino e no preparo de recursos humanos para inovadores modelos de produção de ciência e, igualmente, de um inédito mercado de trabalho.

Nesse ambiente dotado de grande complexidade, multiplicam-se os acordos de cooperação, exigindo a inteligibilidade mútua de diferentes sistemas e modelos de ensino, desvelando projetos políticos de universidade e governos para o alcance de maior protagonismo, influência e inserção internacional por meio da atratividade e captação de alunos, mesmo que esse processo não passe imune ao desafio de cunhar a percepção de se conceber a educação superior como bem público e direito, ao passo de sua mercantilização e alocação no bojo do mercado de serviços mundializado concebido no bojo da Organização Mundial do Comércio.

Os países centrais da globalização e do capitalismo – incluindo-se os de língua inglesa – , por óbvio, são eixos desse processo e revelam-se centrais na condução dele, em que uma das manifestações mais expressivas materializa-se no Processo de Bolonha, iniciativa dos ministros

da educação de países europeus que, expandindo-se para além da relação dos integrantes da União Europeia – eis aqui o conceito de Europa alargada na educação superior – que buscando integração e uniformização desses espaços – não livre de críticas e pressões – culminou no ano de 2010 no estabelecimento do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), alicerçado, dentre outros pressupostos, na adoção de um sistema de acumulação e transferência de créditos em favor da mobilidade acadêmica.

Uma cooperação alicerçada em tentativas de se buscar a compreensão mútua, a garantia da qualidade, o desenvolvimento de metodologias e critérios comparáveis – e, mesmo de estabelecimento de uma dimensão europeia na educação superior – são, igualmente, objetivos desse EEES, que expande a sua influência para outros programas de cooperação educacional, alguns, inclusive, transcontinentais e alocados para espaços outros de ensino.

O estudo de programas educacionais consolida-se como novo campo social e científico, refletindo um autocontrole baseada na avaliação dos pares, e agora, de agências de acreditação e verificação diante de exigências do mercado que enunciam uma sociedade baseada no conhecimento e no capital cultural como uma de suas mais valiosas mercadorias. Contudo, as disparidades regionais – e o próprio contexto de crise econômica e fiscal, inclusive em países de alto índice de desenvolvimento humano – revelam um processo distante de plena harmonização, que, sobretudo, mostra dificuldades de acesso e equidade na disponibilização de possibilidades de crescimento existencial dos alunos.

Em seu conjunto a obra igualmente traz contribuições para maior inteligibilidade do sistema de ensino superior (*higher education*) dos Estados Unidos da América – como vê-se no Capítulo V, de autoria de Antônio José Müller (FURB) e César Augusto Rossatto, da Universidade do Texas (MÜLLER; ROSSATTO, 2015, p. 107-120), com oferta de ensino em instituições públicas e privadas, nos modelos de *universities*, *colleges*, *liberal arts colleges* e *community colleges*, sem abandonar a perspectiva brasileira de internacionalização – como observamos no Capítulo 4, redigido por Joana de Barros Amaral, da Universidade de Brasília, e Stela Maria Meneghel, da FURB e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –, na qual nosso país Brasil oferece oportunidades de influência por meio de programas que atraem, sobretudo, estudantes da África e América Latina, ainda que em muitos casos persista a falta de condições financeiras ou de auxílios adequados para esses alunos e alunas concluírem com êxito suas jornadas acadêmicas (AMARAL; MENEGHEL, p. 87-104). As análises de cooperação alcançam na obra não apenas os países centrais, contemplando a prática cubana no ensino de educação física – como temos no Capítulo 6, redigido por Carolina

Machado de Oliveira, da FURB, Adolfo Ramos Lamar, também da FURB, e Eduardo Francisco Freyre Roach, professor da Universidade Agrícola de Havana (UNAH) (OLIVIERA; LAMAR; ROACH; 2015, p. 121-134), massificado na prática esportiva da população em utilização da territorialidade e na concepção de um desporto de alto rendimento apto para a descoberta de talentos e a correspectiva inserção e visibilidade internacional do país.

Um ensino superior que em sua qualidade seja alicerçado por um ensino médio substancial, que perpassa adequada formação de professores e pesquisadores, por liberdade acadêmica, e ampla investigação que reflita a realidade e os fenômenos em diferentes contextos, ainda são questões de relevância e que não serão definitivamente resolvidas com o avanço do fenômeno da internacionalização, no que, como ressalta a contribuição do Capítulo 8, de lavra de Thaís Pinheiro Z. Anastácio e Débora Mazza, pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (ANASTÁCIO; MAZZA, 2015, p. 153),

A mobilidade acadêmica, decorrente da internacionalização do Ensino Superior por meio de seus diversos programas, reclama mudanças e ajustes nas instituições, especialmente no sentido de buscarem preparar as suas estruturas e atender às necessidades apresentadas pelos estudantes estrangeiros e estudantes nacionais em contextos de mobilidade.

Ao contexto, acrescenta-se a contribuição contida no Capítulo 2, redigida por Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, professora e pesquisadora da UNICAMP, e Rogério Duarte Fernandes dos Passos, docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) (PEREIRA; PASSOS, 2015, p. 67), em que,

Ao tomarmos os programas e subprogramas como foco de análise se verifica, pela extensão de países que participam, pela abrangência de níveis educacionais que aborda, pelo número de agentes envolvidos como governo, universidades, indústrias, organizações não governamentais, que a internacionalização é um fator de cooperação política, acadêmica, científica, cultural, econômica e social.

Embora os programas tenham se intensificado a partir de 1980 e muitos relatórios tenham sido produzidos a respeito de cada um deles, ainda é preciso maior sistematização dos alcances, dos objetivos e das dinâmicas utilizadas. No entanto é possível afirmar que a meta de formação para a diversidade cultural e para a aprendizagem ao longo da vida são elementos constitutivos da nova dimensão de cidadania do homem deste nosso século.

Há muito por fazer no campo da pesquisa sobre ensino superior, especialmente em tempos de globalização e internacionalização das trajetórias formativas e das iniciativas de pesquisa, no que “Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica” consiste em uma relevante contribuição à compreensão e investigação sobre os temas de interesse do ensino e práticas da educação.

Referência

PEREIRA, E. M. A.; HEINZLE, M. R. S. (coord.). **Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica**. Blumenau: Edifurb, 2015.